REQUERIMENTO DE CONVITE № , DE 2011.

(Do Sr. Mendonça Filho)

Convida o Sr. Antônio Palocci Filho para prestar esclarecimentos sobre denúncias veiculadas na imprensa acerca da vultosa evolução patrimonial de seus bens, no período de quatro anos, e, especialmente, sobre seu envolvimento em contrato de aluguel supostamente fraudulento, vez que pactuado com empresas de fachada.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e na forma do art. 24, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado o Sr. Antônio Palocci Filho para prestar esclarecimentos sobre denúncias veiculadas na imprensa acerca da vultosa evolução patrimonial de seus bens, no período de quatro anos, e, especialmente, sobre seu envolvimento em contrato de aluguel supostamente fraudulento, vez que pactuado com empresas de fachada.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 15 de maio de 2011, o jornal Folha de São Paulo publicou matéria noticiando a expressiva evolução patrimonial do então Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antonio Palocci, tomando por base os últimos quatro anos em que atuou como Deputado Federal.

Segundo aquele jornal, o então Ministro teria multiplicado por mais de 20 o seu patrimônio durante esse período, e adquirido, uma semana antes de assumir a Casa Civil, um apartamento de 500 metros quadrados, ao valor de R\$ 6,6 milhões, no nobre bairro dos Jardins, e uma sala comercial, um ano antes, por R\$ 882 mil, na rua mais cara do País, a Avenida Paulista! Todos esses bens foram adquiridos em nome de uma empresa de consultoria de sua propriedade, a Projeto Administração de Imóveis, da qual ele detém 99,9% do capital, que estranhamente administra, única e exclusivamente, os únicos dois imóveis adquiridos pelo ex-Ministro.

Não bastassem esses fatos, a edição da revista semanal Veja, nº 2.220, de 8 de junho de 2011, revelou que o então Ministro Antônio Palocci residia em um outro imóvel alugado, com 640 metros quadrados, localizado em Moema-SP. Os apartamentos do edifício têm custo médio de aluguel de 15.000 reais e condomínio de 4.600 reais.

Além de os valores serem demasiadamente altos para um agente público do Poder Executivo – o que já poderia suscitar algum

questionamento por parte desta Casa – o que causa mais espanto é a nebulosidade que envolve a locação e os locadores deste imóvel, conforme relata a matéria, e que expomos abaixo:

"De acordo com o 14° Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo, o apartamento no qual Palocci mora pertence à Lion Franquia e Participações Ltda. Essa empresa, por sua vez, está registrada em nome de dois sócios: Dayvini Costa Nunes, com 99,5% das cotas, e Filipe Garcia dos Santos, com 0,5%.

(...) Filipe Garcia dos Santos tem apenas 17 anos e somente foi emancipado no ano passado. Dayvini, seu sócio majoritário, tem 23 anos, é representante comercial, mora em um casebre de fundos na periferia da cidade de Mauá, no ABC paulista. (...) Dayvini ganha 700 reais por mês e ainda é sustentado por sua mãe, uma professora da rede pública de ensino. (...) O nome de Dayvini começou a aparecer na escritura do imóvel em janeiro de 2008. Naquele mês, o representante comercial foi registrado como beneficiário de uma hipoteca no valor de 233.450 reais, cuja garantia era o apartamento do Ibirapuera. (...)

Em setembro de 2008, o imóvel foi transferido por doação à Lion Franquia e Participações Ltda. No dia 29 de dezembro do ano passado, quando Palocci já posava como homem forte do governo Dilma, Dayvini assumiu 99,5% das cotas da Lion Franquia e Participações. Questionado por VEJA, o representante comercial garantiu que jamais recebeu um tostão de aluguel de Palocci. (...)

A empresa (Lion) usou endereços falsos em todas as operações feitas nos últimos três anos. A Lion recebeu o apartamento onde mora Palocci em 2008, de um tal Gesmo Siqueira dos Santos, tio de Dayvini. Siqueira dos Santos responde a 35 processos por fraude de documentos, adulteração de combustível e sonegação fiscal. Uma mulher que trabalhou como empregada doméstica em sua casa foi usada como laranja em outras quatro empresas abertas por Siqueira Santos. O nome dela é sugestivo: Rosailde Laranjeira da Silva.

No caso da Lion Franquia e Participações, o sócio de Dayvini, o adolescente Filipe Garcia dos Santos, informou ao cartório de registro

de imóveis um endereço residencial inexistente no Paraná. Na sede formal da Lion Franquia e Participações, na cidade de Salto, a 100 quilômetros da capital paulista, funciona uma loja de decoração.

Percebe-se, pela reportagem, que os jovens Filipe Garcia dos Santos e Dayvini Costa Nunes tiveram seus dados utilizados para forjar uma sociedade aparente, com fins ainda não esclarecidos. Segundo matéria divulgada pelo O Globo, em 6 de junho de 2011, o proprietário do imóvel é, de fato, o Sr. Gesmo Siqueira dos Santos, pai de Filipe, filiado ao PT de Mauá, no ABC paulista, há 23 anos, conforme informou o TRE de São Paulo. "Por e-mail, o TRE informou que "sua situação é regular no PT com data de filiação de 16 de abril de 1988." Em que pese a declaração do TRE, o Sr. Gesmo Siqueira dos Santos declarou ao jornal que não se lembra de ser filiado ao PT ou ter assinado qualquer ficha de filiação. Também são suas essas afirmações trazidas pelo O Globo:

"Tive várias firmas. Passei por dificuldades financeiras e me separei da mulher. Hoje, vivemos do aluguel desse apartamento - contou o advogado, acrescentando que o valor pago por Palocci é rateado entre a mulher, os filhos e o pai de Dayvini, Reinaldo Nunes, que é seu sócio em 'alguns negócios', incluindo postos de gasolina."

Um outro ponto que merece ser mencionado envolve a empresa Plazza Brasil. Segundo a assessoria do então Ministro Antônio Palocci "o imóvel, onde vive a família do ministro, foi alugado em 1 de setembro de 2007 por indicação da imobiliária Plazza Brasil, contatada para este fim. Segundo a nota, o contrato foi firmado em bases regulares de mercado entre Palocci e os proprietários Gesmo Siqueira dos Santos, sua mulher, Elisabeth Costa Garcia, e a Morumbi Administradora de Imóveis.".

Ainda de acordo com O Globo, a empresa "Plazza Brasil contestou "nova informação divulgada nesta segunda-feira de que a renovação do contrato em fevereiro de 2010 foi feita pela Plazza Brasil Imóveis. A empresa não trabalha com departamento de locação desde dezembro 2008, quando houve a mudança do quadro societário'."

Assim, é de suma importância perante esta Comissão abordarmos as nebulosas transações acima descritas, em especial porque pode estar envolvido dinheiro público oriundo de tráficos de influência e de informações, vez que o então Ministro da Casa Civil atuava em consultorias, prestando serviços a empresas aptas a transacionarem com o poder público federal.

Pelas razões expostas, propugnamos pela aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2011.

MENDONÇA FILHO DEM/PE